

## PODER E AFETO NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

**Flávia Fernandes de Carvalhaes**<sup>1 2</sup>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1879-7989>

**Paulo Roberto de Carvalho**<sup>1 3</sup>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5732-5557>

**Sonia Regina Vargas Mansano**<sup>1 4</sup>, Orcid: <https://orcid.org/0000.0002.4406.8803>

**RESUMO.** O cotidiano do trabalho de assistentes sociais é marcado pela exposição a afetos que interferem diretamente nas atividades realizadas. O objetivo deste estudo teórico consiste em problematizar essas práticas profissionais recorrendo a uma abordagem interdisciplinar. Para tanto, o estudo foi dividido em três momentos. Primeiro, será realizada uma explanação sobre as relações de poder presentes no cotidiano desse profissional. Em seguida, serão analisados os desdobramentos dessas relações a partir dos conceitos de afeto, transferência e ressonância, que serão apresentados em uma perspectiva social. Por fim, a prática cotidiana será abordada considerando suas potencialidades e limites. Como resultado, serão apresentados elementos conceituais da Psicologia Social em sua interface com a Filosofia e a Psicanálise para compreender as implicações afetivas da atuação desse profissional. Ao final do trajeto, será possível ressaltar a importância da construção de modos inventivos e coletivos de trabalho na Assistência Social bem como a relevância do cuidado sobre si como condição para cuidar do outro.

**Palavras-chave:** Relações de poder; afetos; prática profissional.

## POWER AND AFFECTION ON PUBLIC SOCIAL ASSISTANCE POLICY: CONTRIBUTIONS OF PSYCHOLOGY

**ABSTRACT.** The daily work of the social workers is marked by exposure to affections that directly interfere in the activities performed. The objective of this theoretical study is to problematize these professional practices using a psychosocial approach. For this, the study was divided into three moments. First, an explanation will be made about the power relations present in the daily life of this professional. Then, the unfolding of these relationships will be analyzed from the concepts of affection, transference and resonance, which will be presented from a social perspective. Finally, daily practice will be addressed considering its potentialities and limits. As a result, conceptual elements of Social Psychology will be presented in its interface with Philosophy and Psychoanalysis to understand the affective implications of this professional's performance. At the end of the journey, it will be possible to highlight the importance of constructing inventive and collective ways of working social assistance as well as the relevance of care for oneself as a condition to take care of the other.

**Keywords:** Power relations; affections; professional practice.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, Brasil.

<sup>2</sup> E-mail: [fcarvalhaes@uel.br](mailto:fcarvalhaes@uel.br)

<sup>3</sup> E-mail: [paulor@uel.br](mailto:paulor@uel.br)

<sup>4</sup> E-mail: [mansano@uel.br](mailto:mansano@uel.br)



## PODER Y AFECTO EN LA POLÍTICA PÚBLICA ASISTENCIAL: APORTES DE LA PSICOLOGÍA

**RESUMEN.** El trabajo diario de trabajadores sociales es marcado por la exposición a afectos que interfieren directamente en las actividades realizadas. El objetivo de este estudio teórico es analizar estas prácticas profesionales utilizando un enfoque psicosocial. Para ello, el estudio se dividió en tres momentos. En primer lugar, se dará una explicación sobre las relaciones de poder presentes en la vida cotidiana de este profesional. A continuación, se analizará el desarrollo de estas relaciones desde los conceptos de afecto, transferencia y resonancia, que se presentarán desde una perspectiva social. Por último, se abordará la práctica diaria teniendo en cuenta sus potencialidades y límites. Como resultado, elementos conceptuales de Psicología Social se presentarán en su interfaz con Filosofía y Psicoanálisis para entender las implicaciones afectivas del desempeño de este profesional. Al final de la trayectoria, será posible destacar la importancia de construir formas inventivas y colectivas de trabajo del asistente social, así como la relevancia del cuidado de uno mismo como condición para cuidar del otro.

**Palabras clave:** Relaciones de poder; afectos; práctica profesional.

### Introdução

A articulação entre as áreas de Psicologia e Serviço Social tem possibilitado intervenções significativas no que se refere a problemas emergentes no cenário de exclusão social permanentemente gerado pelo modo de organização econômica capitalista. Partindo de perspectivas teóricas e metodológicas distintas, porém complementares, as duas áreas trabalham no sentido de favorecer uma intervenção interdisciplinar por meio do qual pode ser ofertado um serviço mais abrangente e contextualizado à população para a qual é dirigido. Mas, e quando pensamos no profissional que presta esse serviço? Quais os efeitos subjetivos que essa prática produz em sua vida e em seu corpo? Pensando nisso, o presente estudo teórico buscou analisar a prática de assistentes sociais valendo-se de um diálogo conceitual entre a Filosofia Contemporânea (Foucault, 1996, 2014; Deleuze, 2001; 2009), a Psicologia Social (Saraiva, 2018; Guattari & Rolnik, 1996) e a Psicanálise (Freud 1912; Laplanche & Pontalis, 1991).

Em uma análise preliminar, nota-se o quanto o cotidiano do Assistente social é marcado por situações limítrofes que exigem ações planejadas de acordo com as normas e políticas estatais vigentes (Romagnoli & Fadul, 2018). Ao mesmo tempo, esse profissional se depara com casos graves em que o usuário está exposto a situações de violência, fome, doença, morte e outras adversidades que exigem ações imediatas, mas nem sempre possíveis (Cordeiro, 2018). Diante disso, questionamos: Quais efeitos essas situações limítrofes produzem nos Assistentes Sociais? Como ele acolhe e elabora os afetos emergentes no cotidiano? Como a Psicologia pode colaborar para compreender a dimensão afetiva acionada no cotidiano relacional desse profissional?

O objetivo deste artigo consiste em oferecer uma leitura sobre a dimensão afetiva presente no cotidiano do Assistente Social. Adotando a perspectiva qualitativa como estratégia de investigação voltada para exploração de ângulos de análise plurais, abordaremos o vivido por esse profissional a partir das relações de poder e afeto que se expressam por seus múltiplos agentes. Assim, o diferencial desta investigação teórica consiste em delinear um aporte conceitual entre a pesquisa interdisciplinar e as práticas cotidianas para subsidiar o debate em questão, partindo da abordagem adotada por Penido

(2020, p. 393): “É preciso desnaturalizar a imposição de que a ciência exige distanciamento do objeto [...]” e, incluímos aqui, superar a distância entre as áreas de saber.

Assim, adotando uma perspectiva teórico-histórica, situada e atenta ao campo problemático destacado, o estudo foi dividido em três momentos que abordam a complexa relação afetiva mobilizada no campo da assistência social. Primeiro, será realizada uma explanação sobre as relações de poder presentes no cotidiano desse profissional considerando que, também nesse contexto, afetamos e somos afetados (Foucault, 1996; Guattari & Rolnik, 1996). Em seguida, serão analisados os desdobramentos dessas relações no que se refere ao que Freud (1912) denominou como transferência, sendo essa noção caracterizada, ressignificada e situada como um processo histórico que atualiza diferentes e plurais relações de poder (Deleuze, 2001). Por fim, os afetos emergentes na prática cotidiana serão abordados a partir das potencialidades e limites que se expressam no campo de intervenção como um espaço que pode ser expandido (Costa, 2014; Carvalhoes, 2019).

A investigação justifica-se, assim, por realizar um diálogo interdisciplinar para compreender as dimensões afetivas presentes no cotidiano de atuação do assistente social, amplamente marcado por dificuldades e desafios que produzem efeitos tanto na esfera laboral quanto na vida pessoal desse trabalhador da relação.

### **O Serviço Social e as relações de poder**

Abordar a relação que se estabelece entre o Assistente social e o usuário é algo que pode ser feito em diferentes perspectivas. Elegemos a vertente proposta por Foucault das relações de poder, porque ela nos possibilita examinar o dito e o não dito sobre essa relação, seus efeitos insuspeitados e suas coerções sutis. Recorrentemente, ao longo de sua obra, Foucault (1996, 2014) assinalou que as relações de poder são antes produtivas e não repressivas, acrescentando, por vezes, que o poder produz o real ou ainda os elementos de uma realidade transformada, mais e melhor adequada ao ordenamento social vigente. Não seria assim também na relação entre o Assistente social e o usuário?

Façamos aqui um exercício reflexivo sobre esse encontro e o conjunto de implicações socioeconômicas, mas também subjetivas, que ele traz consigo. Quem é esse sujeito que chega para ser atendido pelo Assistente social? Trata-se de um sujeito inscrito em seu tempo histórico, inserido na organização social capitalista, a qual produz, de maneira hegemônica, uma subjetividade também capitalística (Guattari & Rolnik, 1996). É nesse contexto que se difundem valores conhecidos de todos nós: a competitividade, a excelência, a exaltação do mérito e do esforço individual. São esses valores que ganham forma naquilo que chamamos no senso comum de ‘ter um projeto de vida’. Mas, se o usuário está diante do Assistente social é justamente porque esse projeto de vida não produziu resultados satisfatórios sob o ponto de vista da produtividade capitalista. Assim, é compreensível que, por contraste com os valores dominantes, ele se veja como aquele que, no dizer do senso comum, ‘não deu certo na vida’, como alguém desvalorizado que se materializa no próprio ‘problema social’.

Há ainda um elemento que, confrontando-se com a subjetividade capitalística, marca esse sujeito: ele necessita e eventualmente pede a ajuda do outro. Neste caso, o outro é o Estado, representado pelo Assistente social. Com isso, o usuário ganha uma marca a mais: nas sociedades do individualismo burguês do *self made man*, reconhecer que se necessita de outro, de qualquer outro, é mal visto, é um sinal de fraqueza. Guattari e Rolnik (1996) fazem considerações sobre o crescimento e a diversificação das populações vulneráveis em todos os pontos do planeta. Trata-se do “[...] desenvolvimento irreversível de uma

quantidade considerável da população que escapa, por definição, dos processos de trabalho garantido. É o que tais correntes chamaram de ‘não-garantidos’, ‘trabalhadores precários’, ‘trabalhadores negros’, ‘trabalhadores estudantes’” (p. 187, grifo do autor). Nessa lista cabe acrescentar aqueles que sequer são incluídos no mercado de trabalho, permanecendo na condição de desempregados.

Como profissionais da assistência social se posicionam perante essa condição subjetiva de vulnerabilidade? Eventualmente, tais profissionais se identificam com o sujeito socialmente vulnerabilizado que está exposto a condições adversas de existência. Estas condições limitam ou mesmo impedem seu acesso à educação, saúde, alimentação e moradia. Tal situação pode gerar uma série de riscos à existência (Sassen, 2016), sendo que as práticas da assistência social dirigem-se à tarefa de resgatá-lo dessa condição adversa. Movido pelo afeto, que comparece na relação, o profissional por vezes não percebe que o vínculo que se estabelece, então, é também uma relação de poder. E, como tal, uma relação produtiva. Mas, produtiva de que? O que é que ali está a se produzir? Basicamente produz-se nesse contexto uma nova história do sujeito individual, uma realidade transformada em relação ao sujeito desarvorado que ali chegou. Nesse contexto, o exercício do poder pode ser assim caracterizado:

[...] ele incita, ele induz, ele desvia, ele facilita ou torna mais difícil, ele amplia ou ele limita, ele torna mais ou menos provável; no limite, ele obriga ou impede absolutamente; mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou sobre sujeitos agentes, e isso enquanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (Foucault, 2014, p. 133).

Toda intervenção apoia-se, então, no fato de que, a partir daquele encontro, o usuário será diferente. Se o assistente social intervém produzindo uma mudança ou transformação, interessa-nos indagar: Mudança de quê? Com qual objetivo? Em se tratando das relações de poder é possível responder: mudança nos modos de agir, nas ações concretas executadas por aquele sujeito. Afinal, o poder é ação sobre a ação do outro (Foucault, 2014). Compreende-se, nessa definição, a impossibilidade de manter-se fora das relações de poder. Para Foucault, mais que difícil isso é de fato impossível. Trabalhadores da área social tais como assistentes sociais, psicólogos e educadores, podem ser compreendidos como agentes da produção do humano que o ordenamento social vigente solicita. Se esse profissional intervém sobre o usuário, agindo sobre o seu agir, esta intervenção tem um sentido político.

Uma descrição tão categórica das relações de poder, que evidencia sua efetividade e seu raio de atuação pode provocar a ideia de que o poder produz seus efeitos por meio de uma operação repressiva e constrangedora. Seria essa a concepção de poder proposta por Foucault? Nesse ponto, a questão do poder revela sua complexidade, pois ainda que o exercício do poder comporte sempre algum grau de violência, sua efetuação pode ser requerida e desejada por aqueles sobre os quais ela recai. De tal modo que Foucault considera:

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer (Foucault, 1996, p. 148).

Dessa forma, profissionais ligados à psicologia e à assistência social, inscritos no âmbito das relações de poder, podem também se deparar com o investimento afetivo e desejante por parte de usuários que estão sendo atendidos. Seja em uma relação entre dois sujeitos, seja em um processo coletivo mais amplo, o desejo e o poder podem

comparecer imbricados, resultando daí a efetuação do poder e sua modificação no agir do usuário atendido. Na expressão de Foucault (1996, p. 77), as massas:

[...] desejam este poder; desejam que este poder seja exercido. Esta relação entre o desejo, o poder e o interesse é ainda pouco conhecida. Foi preciso muito tempo para se saber o que era a exploração. E o desejo foi, e ainda é, um grande desconhecido.

Temos, então, um campo complexo composto por poder e desejo, no qual uma modalidade de poder, ao ser investido desejantemente, pode ganhar as condições para se propagar no tecido social e precipitar diferentes transformações institucionais (Carvalho, 2018). É o que se pode depreender da observação feita por Deleuze em diálogo com Foucault (Foucault, 1996, p. 76) sobre as composições que se estabelecem entre desejo e poder. “Há investimentos de desejo que modelam o poder e o difundem”. É exatamente nesse ponto que se pretende chegar: uma modalidade de poder difundida no social em função do investimento afetivo e desejante que comporta. A partir disso, buscamos, no conceito psicanalítico de transferência, os subsídios para compreensão e caracterização desse tipo de relação de poder, como será descrito na próxima seção.

### **A transferência e os afetos no Serviço Social**

O trabalho cotidiano de profissionais que atuam diretamente com outros seres humanos é marcado por encontros e afetos que são expressos das mais variadas maneiras. Hardt e Negri (2001) denominam esse tipo de trabalho como ‘imaterial-afetivo’. Em suas palavras, o trabalho imaterial afetivo envolve ‘contato e interação humanos’. São atividades que se ocupam em propiciar

[...] um sentimento de conforto, bem-estar, satisfação, excitação ou paixão. Algumas categorias como serviços pessoais ou serviços de proximidade são com frequência usadas para identificar esse tipo de trabalho, mas o que realmente importa são a criação e manipulação de afetos (p. 314).

A noção de afeto é aqui compreendida como uma variação contínua da potência do corpo, podendo ir da tristeza à alegria dependendo dos encontros experimentados. Nas palavras de Deleuze (2009, p. 47): “Quando sou afetado de tristeza, minha potência de agir diminui; isto é, eu estou ainda mais separado dessa potência. Quando sou afetado de alegria, ela aumenta; isto é, eu estou menos separado dessa potência”.

Pode-se afirmar, entretanto, que os afetos emergentes nas relações sociais e, mais especificamente, nas relações profissionais, ainda são pouco estudados nas Ciências Humanas e Sociais. Para além da técnica requerida nas intervenções dirigidas às pessoas, há dimensões subjetivas e afetivas que foram desconsideradas no mundo laboral em função do ritmo acelerado de produção capitalista e do foco no resultado, que tendem a inviabilizar ou minimizar sua apreensão e elaboração. Apesar disso, as transformações cotidianas do trabalho colocam cada vez mais evidências a relevância das relações personalizadas entre profissionais e usuários, clientes e organizações, tratando-as como um diferencial.

Dedicando-se ao estudo do contexto relacional psicanalítico, que também pode ser caracterizado como um trabalho de tipo imaterial, Freud já havia atentado para essa produção subjetiva quando delineou o conceito de transferência (1912, 1914). Esta pode ser compreendida, de acordo com Laplanche e Pontalis (1991, p. 514), como “[...] o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida entre eles e, eminentemente, no quadro da relação analítica”. Reconhecida como um dos principais instrumentos técnicos que favorece a instalação do processo analítico em psicanálise, a relação transferencial “[...] é

classicamente reconhecida como terreno em que se dá a problemática de um tratamento psicanalítico, pois são a sua instalação, as suas modalidades, a sua interpretação e a sua resolução que caracterizam este” (p. 514).

A transferência acontece, na leitura psicanalítica, em relação às figuras investidas de autoridade, mais especificamente os pais. Entretanto, para o contexto deste estudo, ampliamos e ressignificamos o entendimento da noção de transferência abordando-o em meio a uma leitura psicossocial que amplia e complexifica as figuras de autoridade e vinculação. Assim, consideramos que a transferência faz alusão a uma gama maior de agentes sociais que são investidos de autoridade e exerceram, na história do sujeito, funções de poder e saber.

A transferência, na acepção freudiana, configura-se como a condição de possibilidade para que o processo analítico seja estabelecido, uma vez que por meio dela são revividas, na presença e na relação com o analista, certas experiências que foram marcantes para o paciente. Agora, em situação analítica, o paciente tem a oportunidade de revisitar tais experiências e também as repetir no encontro com o analista, que se dispõe a absorver tais conteúdos e projeções, fazendo uma série de ponderações e interpretações por meio das quais o paciente poderá recordar, repetir e elaborar (Freud, 1914) a experiência traumática, atribuindo-lhe novos sentidos. Cabe assinalar que, para Freud (1912), a transferência vivida na relação com o analista é marcada pela resistência ao tratamento. Em suas palavras, ela pode ser compreendida como “[...] a arma mais forte da resistência, e podemos concluir que a intensidade e persistência da transferência constituem efeito e expressão da resistência” (Freud, 1912, p. 139). Entretanto, são precisamente as manifestações da transferência que “[...] prestam o inestimável serviço de tornar imediatos e manifestos os impulsos eróticos e esquecidos do paciente” (p. 143).

Uma vez que estamos ampliando o conceito de transferência para além da cena analítica e da experiência familiar burguesa, um fato a ser considerado é que a transferência extrapola o *setting* psicanalítico, podendo ser experimentada, também, nas relações sociais cotidianas. O próprio Freud admite que as características da transferência “[...] não devem ser atribuídas à psicanálise, mas sim à própria neurose” (1912, p. 136). Sob essa perspectiva, o sujeito, em suas relações cotidianas, reedita as experiências marcantes passadas com aqueles que o cercam, atribuindo-lhes lugares de referência e autoridade. Estes não necessariamente estão ligados ao momento presente, mas remetem a experiências difíceis, e por vezes traumáticas, que são reeditadas na relação atual.

Quando analisamos a prática dos assistentes sociais, pode-se dizer que elas também são atravessadas por relações de transferência. O usuário, recorrendo às mais variadas ações, pode depositar nesses profissionais conteúdos inconscientes, advindos de outras relações e que, em larga medida, produzem efeitos na relação de trabalho. Por vezes desavisados, tais profissionais podem acolher tais conteúdos de maneira espontânea, experimentando conflitos, enfrentamentos e aproximações que não dizem respeito à sua prática e sim a conteúdos subjetivos que, de maneira projetiva e defensiva, são revisitados na relação profissional marcada pelo exercício de poder. O risco de um envolvimento transferencial é iminente nesse campo de atividade uma vez que, tal como visto na primeira parte desse artigo, ele coloca em cena relações que reeditam conteúdos afetivos difíceis de serem compreendidos e absorvidos.

É nesse sentido que o conceito de ressonância, presente na obra de Deleuze, ganha espaço nesta investigação. Em seu estudo *Empirismo e subjetividade*, Deleuze (2001) mostra que o sujeito não existe como uma substância pronta, identitária ou fixa. Ele se constitui em meio aos dados que se fazem presentes em cada experiência vivida. O autor

fala, então, de duas qualidades que estão presentes nessa constituição aberta dos sujeitos e dos encontros: 'ressonância' e 'vivacidade'. Para caracterizá-las, ele aproxima o sujeito de um instrumento de percussão. No instrumento de percussão, o ato de tocar a superfície ressoa para além do espaço que foi tocado, produzindo efeitos físicos e sonoros até mesmo fora do instrumento. Também nos encontros, a ação de um sujeito, em dada circunstância, ressoa em outros sujeitos, produzindo efeitos e afetos diversos. Assim, ele segue relatando:

Quando devém ele sujeito? Quando, de um lado, 'ele mobiliza sua vivacidade de tal modo que uma parte (impressão), da qual essa vivacidade é a qualidade própria, comunica-a a uma outra parte (idéia)', e, de outro lado, 'quando todas as partes tomadas conjuntamente ressoam e produzem algo novo' (p. 149, grifo do autor).

Cabe então analisar como os afetos, que advém de contextos sociais diferentes daquela relação específica de atendimento do usuário, repercutem e interferem umas nas outras, coproduzindo ações e efeitos subjetivos. Importante notar também que, na vivacidade mencionada por Deleuze, cada uma das partes engloba um múltiplo leque de posições e afetos, os quais se expressam das mais variadas maneiras, podendo, tal qual constatado na seção anterior que abordou as relações de poder, assumir posições distintas a cada nova situação experimentada. Tais ações ressoam nos corpos e nas práticas, colocando em destaque a expressão multifacetada dos afetos.

A vivacidade e a ressonância aqui caracterizadas também estão presentes nos diferentes encontros sociais experimentados nos atendimentos de assistentes sociais. Em tais encontros, os sujeitos participantes, usuários e profissionais, têm a possibilidade de revisitar sua história afetivo-transferencial, seus enfrentamentos com poderes e construir vínculos diferenciados. O usuário pode ou não entrar em transferência e ressonância com o profissional e com o serviço que lhe é oferecido naquele momento. Dessa transferência e ressonância, entretanto, vai depender o desdobramento do serviço e sua efetividade. Constata-se, assim, que não existem normas e prescrições que sobrevivam por si, contando apenas com sua eficiência técnica e burocrática. A transferência e a ressonância afetiva acabam sendo a condição para que os sujeitos se impliquem desejantemente com o serviço em questão.

O que queremos evidenciar aqui é o quanto a atividade do assistente social é marcada por conteúdos psíquicos transferenciais e ressonâncias que não podem ser simplesmente suplantados pela técnica e pelos procedimentos burocráticos da política social. Tal profissional está imerso em redes afetivas e desejantes que podem tanto promover quanto dificultar a realização do seu trabalho. Distanciar-se desse campo afetivo, múltiplo e diversificado, pode transformar a intervenção em um mero instrumento a ser simplesmente aplicado, medido e registrado em termos quantitativos. O que haveria para além desses registros? Qual dimensão do vivido ganha espaço nesses encontros entre usuários e assistentes sociais? Passamos então a abordar as potencialidades e limites que a prática cotidiana coloca para os profissionais. Eis o que abordaremos na próxima seção.

### **A prática cotidiana do assistente social: potencialidades e limites**

Problematizar as implicações afetivas que se produzem no cotidiano de trabalho do assistente social, convoca-nos a adentrar em um campo de análise complexo e em constante transformação. Deste modo, ressaltam-se alguns efeitos percebidos no diálogo e convivência com esses profissionais. Considera-se, contudo, que há ainda múltiplos efeitos inexplorados e que poderão ser mapeados por um pesquisador atento às

transformações que, de modo explícito e/ou silencioso, se desenham nos encontros diários de trabalho.

Desde a transição das décadas de 1970 e 1980 na América Latina, Cordeiro (2018) relata que o Serviço Social vem sendo constituído por novos marcos legais, discursos de denúncia e práticas de enfrentamento ao conservadorismo profissional, até então sustentado em modelos tradicionais assistencialistas que evocam a ideia de favor e caridade. Esse processo de análise crítica vem contribuindo na consolidação das bases de um projeto ético-político na profissão que, inspirado sobretudo na tradição marxista, opera por meio de concepções teóricas e metodológicas que denunciam relações econômicas e sociais vigentes.

Tendo como eixos norteadores o compromisso profissional com a população e a defesa intransigente dos direitos humanos, o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro que operou nas últimas décadas, se sustenta na luta pela universalização do acesso a bens e serviços e na garantia de direitos civis, políticos e sociais. O projeto prioriza, ainda, uma nova relação com os usuários e a valorização do trabalho em rede (Romagnoli & Fadul, 2018).

Apesar destes avanços, há que considerar o Serviço Social como um campo de tensões onde se fazem presentes encontros divergentes e convergentes, alianças e conflitos. Analisar esse contexto, do ponto de vista das relações de poder (Foucault, 1996), acrescenta a mobilidade e complexidade na dinâmica cotidiana de tais profissionais. Possibilita ainda reconhecer a permanente reversibilidade das práticas adotadas no âmbito do trabalho da assistência social. O pluralismo na profissão se evidencia, portanto, na circulação de discursos neoconservadores e discursos críticos, que coexistem em disputa no dia a dia de trabalho, impactando de múltiplos modos às relações afetivas que se tecem no cotidiano do exercício profissional, bem como na produção de subjetividades de usuários e assistentes sociais.

Destaca-se, ainda, a concepção difusa que a profissão do assistente social ocupa, por vezes, no imaginário social contemporâneo. Há certa incompreensão sobre seu lugar no momento histórico atual, sendo que sua atuação acontece a partir de distintas forças. Assim como analisam Rodrigues e Guareschi (2019), esse profissional é solicitado a ser um profundo conhecedor das transformações institucionais familiares e dos aparatos legais instituídos na racionalidade estatal, ao mesmo tempo em que se depara cotidianamente com modos de vida que se articulam nas (im)possibilidades de amparo legal. No âmbito desta aparente incongruência estrutural, o assistente social é circunscrito, muitas vezes, como o profissional responsável em 'dar soluções' às demandas produzidas em um cenário de país subdesenvolvido. Os impactos disso no cotidiano de trabalho reverberam, por exemplo, na exigência, colocada pela rede intersetorial de políticas sociais, de que o assistente social 'resolva' casos de analfabetismo, criminalidade, desemprego, entre outras demandas sociais complexas que se apresentam no Brasil. Não seria possível considerar que esse conjunto extenso de demandas, atualizado sobre uma prática profissional, corresponde precisamente a uma situação transferencial? E, não seria possível ainda identificar uma série de relações de poder se constituindo nesse processo?

Consideramos que esse movimento de responsabilização do assistente social como profissional encarregado de 'solucionar' casos tidos como socialmente problemáticos, permanece, de maneira geral, atrelado ao projeto individualizante da modernidade. Sobre tal modo de organização societário, articulado na passagem do século XVIII para o XIX, Foucault (1996) analisa que o controle sobre os indivíduos não se restringia mais à ação e ao poderio do Estado absolutista sobre os corpos, mas sim na localização dos indivíduos e

da espécie humana nas estratégias disciplinares. Nesta perspectiva, as demandas dirigidas aos sujeitos requisitavam que estes ‘funcionassem’ de acordo com as necessidades do nascente sistema político e econômico capitalístico e de seu modo de produção.

As implicações dessa racionalidade no dia a dia de trabalho do assistente social resultam no risco de esse profissional reproduzir a perspectiva política moderna de controle da população e assumir a responsabilidade em ‘adequar’, ‘salvar’ e ‘disciplinar’ a população em relação às normas sociais. Tal perspectiva o convoca a ocupar uma função polícial e messiânica no cotidiano de trabalho, o que resulta, comumente, em práticas normalizadoras, julgamentos morais e em sensações de frustração, ansiedade, impotência, incapacidade, entre outras expressões de sofrimento psíquico (Saraiva, 2018). São dilemas cotidianamente enfrentados por aqueles que exercem o trabalho imaterial (Hardt; Negri, 2001), no qual os contextos históricos, políticos, científicos e afetivos se encontram entremeados ao mesmo tempo que se efetuam nas relações.

Outra implicação afetiva desta racionalidade é o risco de o profissional reproduzir leituras pautadas em representações binárias e classificatórias de raça, gênero, sexo, geração, profissão, território, classe social, dentre outros marcadores. Nesse caso, identificamos uma ressonância da prática laboral do assistente social com posicionamentos vigentes e hegemônicos no conjunto da sociedade que o trabalho imaterial-afetivo poderia precisamente superar. Assim, o assistente social materializa procedimentos práticos e discursivos erigidos em imagens pré-concebidas, tais como ‘homem, portanto, violento’; ‘mulher, portanto, mãe zelosa’; ‘adolescente, portanto, inconsequente’; ‘moradora de periferia, portanto, sofredora’; ‘policia, portanto, violento’. Cada um desses exemplos reporta a discursos hegemônicos que circulam entre a população. De acordo com Deleuze e Guattari (1996), a segmentação binária redundante na produção de modos instituídos de existência. As segmentações têm ainda como resultado estabelecer padrões de hierarquização e de organização societária, que limitam a potência de análise crítica e de movimentação na vida em sociedade. Podemos considerar que, também nesse caso, o que se evidencia é a presença de um poder classificatório normalizador.

Nesta conjuntura, destacamos, ainda, que o profissional do serviço social convive diariamente com situações de risco. O risco se materializa, por vezes, na insegurança das práticas assistenciais, no receio de intervir nas famílias e nos limites de atender às demandas sociais idealizadas que recaem sobre os profissionais, entendidos como quem vai corrigir ou salvar a população atendida. Estamos diante, portanto, de profissionais imersos em territórios marcados por intensa desproteção social e por diferentes expressões de violências, materializadas em marginalização, inacessibilidade, morte e negligência. A proximidade diária do assistente social com o cenário afetivo descrito pode implicar em quadros de melancolia, impotência e persecutoriedade. Retomando a análise feita no tópico anterior, pode-se considerar que também o assistente social entra em processo afetivo de transferência, resgatando experiências passadas que lhe servem de guia e interferem diretamente em sua prática atual.

É relevante considerar outra dimensão afetiva nessa análise: no cotidiano de trabalho, o assistente social está em contato com situações de risco que resultam em efeitos diretos sobre sua vida pessoal. As condições de extrema desproteção da maioria dos casos atendidos por tais profissionais demandam, comumente, que tenha de extrapolar o horário previsto em seu contrato de trabalho, podendo gerar consequências nas suas relações familiares e/ou comunitárias (Mansano, 2020). Apresentando-se como um corpo afetável por uma realidade social intensamente contraditória e complexa, as relações de trabalho também ressoam, de modo transferencial, na vida de muitos assistentes sociais

evidenciando, por vezes, a dificuldade de dormir, se alimentar, relaxar, enfim, desligar-se das experiências e preocupações vivenciadas no dia de trabalho.

Há, ainda, a relação diária do assistente social com a burocratização excessiva do trabalho, que demanda tarefas de geração de dados nos sistemas de informações e no desenvolvimento de ações prescritas em nível administrativo (Rinhel-Silva, 2016). Na gestão de benefícios sociais, na relação tensa com as exigências do judiciário, nas demandas diárias de preenchimento de dados em sistemas informativos e relatórios, entre outros exemplos, esse profissional encontra dificuldades em desenvolver um processo interventivo focado nas demandas afetivas postas pelos seus usuários.

O exercício profissional é, desse modo, constituído por conflitos entre o trabalho imaterial-afetivo e as tarefas técnico-burocráticas, que exigem a revisão constante dos objetivos de sua atuação, para que o mesmo não se desorganize em meio a papeladas e demandas meramente burocráticas, o que se desdobra em quadros de ansiedade, frustração e de exaustão. Tal situação pode colocar o/a profissional na vizinhança de afetos entristecedores consolidados na experiência do ressentimento, que pode ser considerado “[...] um dos grandes riscos colocado em evidência pelo trabalho afetivo (com seus desdobramentos em ódio, sofrimento, adaptacionismo e empobrecimento vital)” (Mansano, 2020, p. 8).

Deste modo, acompanhamos as análises de Carvalhaes (2019), que problematiza a necessidade de não sustentar as práticas interventivas em visões despolitizadas, que insistem em situar a relação entre indivíduo e sociedade em parâmetros dicotômicos. Assim, torna-se valioso que esse profissional tenha como referência analítica uma pluralidade de composições subjetivas e afetivas por meio das quais poderá colocar em prática as políticas públicas já conquistadas bem como aquelas que poderão vir a ser firmadas em meio ao conhecimento produzido no cotidiano das relações sociais. Ressaltamos assim a importância de os/as assistentes sociais demarcarem seu trabalho em ‘saberes localizados’ (Barbosa, 2020), que analisam o processo plural e contingente em meio ao qual a vida se produz.

Apesar das situações problematizadas resultarem em afetos doloridos ao profissional, também elas podem se configurar como possibilidades de os assistentes sociais inventarem modos criadores, inéditos e críticos de lidar com as estruturas precárias da sociedade brasileira (Romagnoli & Fadul, 2018). A relação diária com populações em risco e a pressão das demandas burocráticas, apesar de difíceis, possibilitam também a produção de inovações e desafios, à medida que o profissional é interpelado a transitar entre discursos e práticas advindos de áreas distintas por meio das quais pode articular estratégias plurais de intervenção. Tais vivências os convocam a empreender leituras mais complexas sobre as realidades subjetivas, afetivas e sociais da população, acionando sua sensibilidade para perceber as sutilezas que se desenham nas relações cotidianas de trabalho.

Outro efeito dessas vivências se atualiza no notório conhecimento de grande parte dos assistentes sociais sobre os aparatos legais que respaldam direitos constitucionais, bem como sobre os diversos setores que compõem as políticas sociais, culminando nas possibilidades de articulação de ações conjuntas e de encaminhamentos dos usuários a serviços específicos. Deste modo, tais profissionais se apresentam como potentes articuladores de trabalho em rede (Romagnoli & Fadul, 2018). O trânsito por diferentes discursos, ações e serviços, as experiências de intervenções descentralizadas realizadas nos territórios atendidos e o contato diário com populações em situação de desproteção social, podem abrir caminhos estratégicos no seu cotidiano, dependendo da vinculação

afetiva ali experimentada. Dentre essas vinculações, destaca-se, principalmente, a criação de um corpo mais resistente, politizado e sensível para lidar com o conjunto de adversidades e desigualdades que caracteriza a população brasileira. Nas palavras de Mansano (2020, (p. 8)), trata-se de acionar processos de:

[...] criação, apoio, sustentação e favorecimento daquilo que, por vezes, é evitado e até demonizado pelas relações de trabalho: os afetos em sua dimensão viva, diversa e mutante. Consideram-se os trabalhadores que, longe da mera docilidade, acolhem e exercitam sua potência de afetar e de serem afetados nos encontros profissionais, fazendo fluir os encontros em sua dimensão imprevisível e imponderável.

Destaca-se, assim, a possibilidade de tais profissionais dedicados à assistência social subverterem a racionalidade hierárquica assistencialista, dando passagem a intervenções que deem suporte para dialogar e construir modos inventivos e coletivos de trabalho. Esse é o caso de ações que tecem parcerias que aproximam usuários de movimentos sociais, artísticos e ambientais engendrados em suas comunidades de acordo com suas necessidades e desejos (Costa, 2014). Os encontros diários entre assistentes sociais e usuários envolvem um campo de poder e uma dinâmica transferencial articulados em meio a pluralidades existenciais, a relações heterogêneas e a movimentos críticos, possibilitando a composição de redes afetivas e desejantes de trabalho e de vida.

A análise da dimensão afetiva presente no cotidiano de trabalho do assistente social convoca a adentrar em um campo onde múltiplas ressonâncias afetivas coexistem em disputa. Problematizar esse campo de relações de poder, afetos e transferência a partir de uma abordagem psicossocial convida a elencar os limites e potencialidades da atuação dos assistentes sociais na atualidade, não para cair na mera impotência, mas para vivenciar a profissão a partir de outros ângulos analíticos.

## **Considerações finais**

Caracterizada neste estudo como um trabalho imaterial afetivo, a profissão de assistente social guarda o desafio não apenas de prestar um atendimento acolhedor aos usuários e usuárias que enfrentam situações limítrofes, mas também a tarefa de dirigir uma atenção e cuidado a si mesmo. Isso implica esforço para detectar o quanto os encontros profissionais produzem efeitos subjetivos e afetivos que repercutem para além dos limites de tempo e espaço laborais. Nem sempre essa demanda é acolhida por esses profissionais, fato que pode produzir impactos afetivos ou mesmo trazer prejuízos a sua saúde e bem-estar.

A primeira contribuição que a área da Psicologia buscou trazer neste estudo consistiu em colocar em destaque o conjunto de relações de poder que se dissemina na sociedade sem necessariamente ser reconhecido ou analisado em seus efeitos políticos, afetivos e sociais. Produzir um determinado tipo de sujeito, dotado de expectativas e valores 'adequados' ao ordenamento social, corresponde à produção de um corpo dócil e útil no qual comparece ainda uma subjetividade capitalística que, em última análise, inscreve o sujeito nos cálculos do poder. Daí a relevância de compreender o quanto as profissões, e de modo específico a prática do assistente social não é neutra, mas atravessada por redes complexas de poder que interferem diretamente nos encontros cotidianos e seus desdobramentos afetivos.

Esse debate evocou, como segunda contribuição, a relevância do cuidado sobre si como condição para cuidar do outro. Isso porque dentre os instrumentos de trabalho do assistente social estão seu próprio corpo e a potência afetivo-transferencial, por meio dos

quais é possível acolher e atuar junto à população atendida. Sem essa atenção sobre si minimamente garantida, o maior impacto recai sobre o próprio profissional que corre o risco de se enredar em situações de sofrimento, cobrando de si soluções e saídas que não estão necessariamente ao seu alcance, visto pressupor o respaldo direto de políticas públicas e órgãos governamentais. Isso se deve ao fato de que, como profissional ligado à elaboração, implementação, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas, seu trabalho depende de uma série de instâncias, procedimentos e agentes sociais que, por vezes, podem dificultar ou tornar lenta a resolução imediata dos problemas. Faz-se necessário compreender que a prática profissional se constitui como prolongamento das coordenadas dos macropoderes institucionais sejam elas diretamente derivadas do Estado ou inscritas no meio social.

Como terceira contribuição, foram problematizados o amplo leque de movimentos, desde os mais neoconservadores até as práticas de resistência que se articulam no exercício profissional do Assistente social e, principalmente, as implicações afetivas que se expressam diretamente nos corpos destes trabalhadores. Tal debate, articulado a uma leitura psicossocial, possibilitou a análise sobre as variações incessantes de estados afetivos de profissionais e usuários, que deflagram processos de subjetivação adoecedores e/ou inventivos.

Por fim, o que buscamos salientar no decorrer deste estudo foi o reconhecimento necessário de que a prática do assistente social é eminentemente imaterial afetiva, tendo no corpo e nas suas potências de conexão os elementos que possibilitam o exercício cotidiano do trabalho. Acreditamos que tal constatação consiste em um primeiro passo para consolidar um cuidado sobre si como condição indispensável para oferecer um cuidado aos outros. Cabe a área, na interface com os demais profissionais e já desde a formação em graduação, criar espaços de sensibilização para que esse cuidado de si seja reconhecido como primordial para o exercício profissional.

## Referências

- Barbosa, C. P. (2020). Epistemologia feminista enquanto uma ramificação da epistemologia social: uma análise a partir de Donna Haraway e Sandra Harding. *Intuitio*, 13(1), 1-11.
- Carvalhoes, F. F. (2019). Clínica extramuros: descolonizando a psicologia. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, 19(3), 3-13.
- Carvalho, P. R. (2018). Transformações institucionais contemporâneas: uma análise sobre as relações de poder não presenciais. *Revista de Psicologia: Teoria e Prática*, 20(3), 216-227. <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v20n3p228-239>
- Cordeiro, M. P. (2018). A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 166-183.
- Costa, P. N. G. (2014). *Arte e serviço social: um exercício de intervenção profissional*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17678>
- Deleuze, G. (2001). *Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2009). *Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)*. Fortaleza: EDEUCE.

- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). Micropolítica e segmentaridade. In G. Deleuze & F. Guattari. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (pp. 83-115). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2014). *Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freud, S. (1912). A dinâmica da transferência. In S. Freud. *Obras completas* (José Octavio de Aguiar Abreu, trad.) (pp. 111-119). Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1969.
- Freud, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud. *Obras completas* (José Octavio de Aguiar Abreu, trad.) (pp. 163-171). Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1969.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Hardt, M., & Negri, A. (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1991). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mansano, S. R. V. (2020). O ressentimento no contexto do trabalho imaterial. *Revista Subjetividades*, 20(2), 1-10. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i2.e8823>
- Penido, C. M. F. (2020). Trabalhador-pesquisador: análise da implicação como resistência ao distanciamento do objeto. *Psicologia em Revista*, 26(1), 380-396. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p369-385>
- Rinhel-Silva, C. M. (2016). *O psicólogo no CRAS: travessia, tessituras, desafios e possibilidades* (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis. [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143068/rinhelsilva\\_cm\\_dr\\_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143068/rinhelsilva_cm_dr_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y)
- Rodrigues, L., & Guareschi, N. M. F. (2019). O vínculo familiar e comunitário como operador que conecta a psicologia e a política de assistência social. In L. Cruz, N. Guareschi & B. M. Batistelli. *Psicologia e assistência social: encontros possíveis no contemporâneo* (pp. 52- 65). Petrópolis: Vozes.
- Romagnoli, R. C., & Fadul, F. M. (2018). Apontamentos acerca da intersectorialidade no SUAS. In M. P. Cordeiro, B. Svartman & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas* (pp. 81-95). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Saraiva, L. F. O. (2018). Em companhia de uma família: encontros, laços e um choro possível. In M. P. Cordeiro, B. Svartman & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas* (pp. 209-224). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Sassen, S. (2016). *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

*Recebido em: 11 de maio de 2021  
Aprovado em: 10 de novembro de 2021.*